

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE AS PRÁTICAS CORPORAIS INDÍGENAS E SUAS RELAÇÕES COM OS JOGOS INDÍGENAS DO BRASIL

Beleni S. Grando
Elcione Trojan de Aguiar
Bruna Maria de Oliveira

RESUMO

A pesquisa investiga as práticas corporais indígenas e busca compreender suas relações com os eventos organizados para promover jogos indígenas no Brasil. Pretende-se produzir conhecimento sobre o tema, promover o debate para subsidiar as Políticas Públicas de Esporte e Lazer, com novas pesquisas e contribuir com a implementação da Lei 11.645/2008 que torna obrigatório o ensino da temática indígena e afro-brasileira. Considerando o processo histórico social do Brasil os indígenas ainda resistem e lutam para manutenção seus territórios e suas culturas, os Jogos dos Povos Indígenas é uma forma de dar visibilidade a esta parcela da população.

Palavras-Chave: Políticas Públicas, Cultura e Práticas Corporais.

ABSTRACT

The research investigates the body indigenous practices and seeks to understand their relationship to the events organized to promote indigenous games in Brazil. It is intended to produce knowledge on the subject, promoting discussion to support the Public Policy of Sports and Recreation, with new research and contribute to the implementation of Law 11645/2008 to make the teaching of indigenous issues and african-Brazilian. Considering the historical process of social Brazilian Indians still resist and struggle to maintain their territories and cultures, the Games of Indigenous Peoples is a way to give visibility to this portion of the population.

Keywords: Public Policy, Culture and corporate practices.

RESUMEN

El estudio investiga el organismo las prácticas indígenas y trata de entender su relación con las actividades organizadas para promover los juegos indígenas en Brasil. Es la intención de producir conocimientos sobre la materia, promover el debate para apoyar la Política Pública de Deporte y Recreación, con nuevas investigaciones y contribuir a la aplicación de la Ley 11645/2008 para la enseñanza de las cuestiones indígenas y afro-brasileña. Teniendo en cuenta el proceso histórico social de los indios brasileños todavía se resisten y luchan por mantener sus territorios y culturas, los Juegos de los Pueblos Indígenas es una forma de dar visibilidad a esta parte de la población.

Palabras clave: Política Pública, la Cultura y las prácticas del Cuerpo.

INTRODUÇÃO

O Projeto “A Produção do Conhecimento sobre as Práticas Corporais Indígenas e suas Relações com os Jogos Indígenas do Brasil”, financiado pelo Ministério do Esporte e integrado a Rede CEDES, possibilita o intercâmbio entre pesquisadores de diferentes IES e propõe construir, de forma crítica, indicadores para as políticas públicas para o Esporte e Lazer dos Povos Indígenas do Brasil. A pesquisa busca investigar as práticas corporais esportivas e lúdicas indígenas, compreendendo suas relações com os eventos organizados para promover jogos indígenas no Brasil.

Para compreender as práticas corporais indígenas atuais, deve-se considerar o contexto sócio-cultural e econômico onde estas são produzidas e praticadas. O que nos leva a buscar compreendê-las a partir das relações sociais que os povos indígenas estabelecem historicamente na sociedade brasileira.

Ao considerar-se o processo de colonização do Brasil, identifica-se nos registros históricos as formas preconceituosas, excludentes e eliminatórias com que foi tratada a população nativa, que mesmo com inúmeras estratégias de genocídio e “integração” (no sentido de submissão) cultural, resistiu e ainda resiste buscando garantir suas próprias formas de ser coletivas, fundamentais para se reconhecerem como grupo étnico numa sociedade globalizada¹. Com esta necessidade humana de identificarem-se, os diferentes povos indígenas se mantêm atualmente com uma população composta por 218 etnias e 180 línguas faladas atualmente.

As relações entre indígenas e não indígenas continuam se estabelecendo e em cada momento histórico ganham diferentes dimensões e estratégias para que cada grupo étnico possa garantir sua sobrevivência física e cultural. Nesta direção, compreende-se que uma mesma cultura pode agregar vários grupos étnicos, assim como um grupo étnico pode se constituir com diferenças culturais (de gênero, de geração, de papéis sociais, entre outras), e apropriar-se de diferentes elementos culturais a partir das relações com outras etnias, mas que são fundamentais para se identificarem como grupo único e se diferenciarem de outros com os quais estabelecem relações sociais.

Identificar-se no grupo é tão fundamental quanto identificar-se como único, “A identidade nos identifica como tais, mas não nos iguala como tais, pois ninguém é igual a ninguém”². Ou como afirma Geertz (1989, p.37-38) “assim como a cultura nos modela como espécie única e sem dúvida ainda nos está modelando, assim também ela nos modela como indivíduos separados”.

Como direito às maneiras de ser específicas a Declaração das Nações Unidas (BRASIL, 2007), reconhece os indígenas como iguais a todos os povos. No Artigo 2 declara:

Os povos e as pessoas indígenas são livres e iguais a todos os demais povos e pessoas e têm direito a não serem objeto de nenhuma discriminação no exercício dos seus direitos fundamentados, em particular a sua origem ou identidade indígena. (2007, p.11).

No Artigo 11 declara:

¹ Não compreendemos a “globalização” como um dado concreto de acesso aos bens comuns para todos, ao contrário, como uma forma de massificação da cultura consumista impondo formas de vestir, de falar, de dançar, de educar que alimentam o sistema capitalista, inclusive quando este busca incentivar a “preservação” de maneiras de ser específicas.

² Palestra proferida por Kapitango-a-Samba, em 22/06/08, durante o III Fórum de Educação e Diversidade, referindo-se a educação em Angola, seu país de origem, na UNEMAT, em Tangará da Serra-MT.

Os povos indígenas tem direito a praticar e revitalizar as suas tradições e costumes culturais. Isto inclui o direito a manter, proteger e desenvolver as manifestações passadas, presentes e futuras e suas culturas, como lugares arqueológicos e históricos, utensílios, desenhos, cerimônias, tecnologias, artes visuais e interpretativas e literatura. (2007, p.13).

Diante da diversidade étnica e cultural dos povos indígenas do país, parte-se do princípio que todos os brasileiros devem ter acesso ao conhecimento sobre sua própria diversidade para aprender a respeitá-la e reconhecê-la como direito de todos.

Para atender esta realidade brasileira, foi sancionada a Lei N°11.645 em 2008, que amplia a Lei 10.639 de 2003, ambas complementares a LDB de 1996, e buscam garantir no contexto educacional os conhecimentos que promovam a inclusão e a valorização da diversidade étnica e cultural do país.

A Lei 11.645/2008, torna obrigatório nos currículos a inclusão da temática da história e cultura afro-brasileira e indígena, desta forma, o projeto de pesquisa sobre as práticas corporais indígenas, busca contribuir com a implementação da Lei no campo da Educação Física e Ciências do Esporte. Os estudos empreendidos pela equipe, integrada pela Rede CEDES, é produzir e socializar novos saberes sobre as práticas corporais indígenas contribuindo com novos estudos na temática.

Conhecer os povos indígenas e sua importância na sustentação da cultura brasileira contribui para que se possa identificar as diferenças entre as sociedades e as suas formas de produzir a vida, educar os filhos e garantir que estes se identifiquem como sujeitos históricos. As “técnicas corporais” (MAUSS, 1974), expressam a cultura de um grupo e deve ser compreendida como “fato social total”, como expressão de todas as dimensões da vida, marcada pela história e contexto social do grupo.

Nas técnicas corporais reconhece-se o eu, o nós e os outros, nas diferentes formas de parar, sentar, de nadar, de andar, de falar presentes em uma mesma cultura e sociedade, constituindo-se em práticas sociais que expressam formas de se comunicar e identificar pessoas de diferentes culturas. Como práticas corporais, as manifestações das culturas indígenas possibilitam compreender a história e a cultura de cada grupo étnico e as complexas relações que produziu e mantém estas práticas como formas de identificação coletivas (GRANDO, 2005).

A partir desta compreensão, a pesquisa busca conhecer as práticas corporais presentes nos Jogos dos Povos Indígenas e as formas que estes povos organizam eventos para jogar e se integrarem entre si e com os demais grupos sociais do país. Os Jogos dos Povos Indígenas, idealizado pelos irmãos Carlos e Marcos da etnia Terena, tem o intuito de promover a valorização das diferentes manifestações culturais indígenas e o intercâmbio cultural entre os próprios indígenas e entre indígenas e não indígenas.

Este evento nacional intercultural e interétnico, está em sua décima edição e em 2009, está previsto para acontecer no sul do Pará. O evento é apoiado pelo Governo Federal, em especial, pelo Ministério do Esporte e busca garantir seu propósito original, a troca de experiências e informações entre os povos indígenas e o respeito da sociedade nacional sobre suas práticas culturais. Através deste, o esporte aparece como meio de integração, ou seja, como uma prática corporal assimilada por diferentes grupos e jogada com as mesmas regras, com as mesmas técnicas, mesmos uniformes, etc.

No entanto durante os Jogos, além do esporte (futebol), outras práticas corporais têm este papel de integração, como o cabo-de-guerra, e outras práticas de origem

indígena que são transformadas para que as competições possam acontecer orientadas pelas mesmas regras.

Os Jogos não se limitam a um evento esportivo como tradicionalmente conhecemos nos meios de comunicação. Estes, além das práticas corporais competitivas, têm apresentações de práticas tradicionais como jogos e danças, as pinturas e adornos corporais e os artesanatos que são comercializados pelos indígenas durante o evento.

METODOLOGIA

A pesquisa se encontra em desenvolvimento, mas já se sistematizou os primeiros resultados sobre o IX Jogos dos Povos Indígenas, em 2007, e entrevistas realizadas com representantes de dois grupos étnicos em Mato Grosso, em 2008. Uma etnia entrevistada participou dos Jogos. A fase das entrevistas se constituiu como estratégia metodológica para a aproximação com a realidade sócio-cultural indígena, contribuindo para melhor compreensão dos estudos sobre a história e cultura das mais de vinte etnias que participaram dos Jogos, em Pernambuco, em 2007.

As entrevistas com representantes das etnias Umutina e Nambikwara se deu durante a participação de pesquisadores no III Fórum de Educação e Diversidade, realizado na cidade de Tangará da Serra – MT, junho de 2008. No segundo semestre do mesmo ano, foram organizados e analisados, dados de entrevistas feitas em 2007, no IX Jogos dos Povos Indígenas.

Após a conclusão da segunda fase da pesquisa, que estará mapeando as diversas formas de organização de eventos integrativos entre povos indígenas, os dados serão sistematizados e analisados pelos pesquisadores que juntos organizarão uma publicação que visa subsidiar criticamente as políticas públicas para o esporte e lazer destinados às diversas comunidades (aldeias e grupos étnicos) indígenas do Brasil.

A conclusão dos trabalhos, prevista para novembro de 2009, será sistematizada num seminário avaliativo do projeto, que reunirá todos os pesquisadores para finalizar os trabalhos e encaminhar ao Ministério do Esporte, as contribuições no campo da pesquisa, para as políticas públicas em desenvolvimento atualmente e proposições para novas políticas que atendam as especificidades desta parcela da população brasileira.

RESULTADOS

Como o projeto está em desenvolvimento, os resultados parciais aqui apresentados foram obtidos nas análises das entrevistas com duas etnias de Mato Grosso, dos estudos, e dos dados coletados durante o IX Jogos dos Povos Indígenas.

Das falas dos representantes Umutina e Nambikwara, concluímos que os jogos realizados, têm o objetivo de intercâmbio cultural com outras etnias e de valorização da própria cultura. Para os entrevistados, os eventos vão além das práticas esportivas, neles se encontram momentos de apresentações culturais, pinturas, artesanatos, que juntos proporcionam um espaço de interação e trocas de saberes e práticas entre os grupos participantes. Para eles, os jogos vêm somar esforços para fortalecimento das ações empreendidas pelas comunidades indígenas no sentido de articular ações conjuntas entre os jovens e os mais velhos, entre as várias aldeias, muitas vezes distantes e sem contato permanente, e a interação entre os indígenas e a população com a qual mantêm relações nas cidades.

Nas aldeias as atividades esportivas mais praticadas são o futebol e o vôlei e grande número possui espaços exclusivos para a prática do futebol que ocorre no cotidiano da comunidade, como uma das atividades preferidas entre homens e mulheres. As entrevistas confirmam a existência de campeonatos da modalidade de futebol, como por exemplo, o JORCIPE (Campeonato realizado no estado de Pernambuco). Dos

relatos dos participantes nos Jogos dos Povos Indígenas, evidencia-se que há uma enorme insatisfação dos mais velhos em relação ao futebol na aldeia, sendo que a maioria desaprova essas novas práticas implantadas pelos não índios. Eles defendem a tese de que com este esporte a cultura deles está “morrendo”.

Sobre a visão dos indígenas entrevistados em 2007, nos Jogos, há pouca atenção política dos governantes no atendimento as necessidades dos indígenas que participam do evento. São várias as ponderações sobre demandas específicas como problemas de dificuldades com os governos locais no reconhecimento de seus direitos como cidadãos, ao acesso econômico, político e social do país. Entre estes direitos não atendidos, a terra é um dos mais graves problemas desta parcela da população brasileira, sem este direito atendido os demais todos são prejudicados.

Sobre a especificidade do acesso ao esporte, os entrevistados destacam a falta de estrutura física, de material esportivo de qualidade, de apoio à participação nos jogos locais e de pessoa que possa orientar o “treinamento” para melhor resultado nos jogos de futebol.

Nos Jogos nacionais, as demandas são voltadas para a falta de organização para melhor acomodar as diversas etnias num mesmo local, pois nem todos têm as mesmas formas de se organizar como grupo, de interação com outras etnias diferentes, de alimentar e de dormir. As diferenças entre as culturas indígenas durante os Jogos também traz algumas reclamações, pois algumas etnias participantes não têm tanta integração com a cultura ocidental, enquanto outras estão há mais de 300 anos nesta permanente mediação, assim, costumes diferentes causam muitos desconfortos quando as acomodações respeitam o direito à diferença.

Outro destaque sobre o acesso ao direito indígena de participar dos Jogos é a escolha e a forma de comunicar às comunidades que podem participar do evento nacional. Muitos não são convidados, poucos participam, sendo que a grande maioria destaca a enorme dificuldade de deslocamento para participar, pois o repasse de recursos para que possam chegar até o local do evento traz enormes problemas de transporte, de falta de alimentação no trajeto, entre outros. Esta realidade, expressa a falta de uma política de atendimento as especificidades indígenas desde os seus locais de origem.

CONCLUSÃO

Percebe-se que há muita influência da cultura não indígena nas aldeias em se tratando das práticas corporais. O esporte, em especial o futebol, transformou-se numa prática permanente no interior das aldeias, para a maioria dos povos indígenas, no caso, 21 etnias, com as quais estabelecemos contato na pesquisa. Esta prática evidencia uma contradição pertinente ao fenômeno esportivo atual. Se por um lado o esporte é um direito constitucional, por outro, não é disponibilizada as condições necessárias à sua prática aos povos indígenas. Outro fator presente nesta contradição é a relação entre o esporte como um fenômeno social que possibilita uma integração entre diversas etnias e culturas, ao mesmo tempo em que este promove uma negação ou aculturação das práticas corporais tradicionais que constituem a cultura corporal de movimento dos povos indígenas do Brasil.

No entanto, os indígenas, que historicamente sempre buscaram uma interação intercultural e interétnica, recorrem ao futebol como uma estratégia de mediação que é viabilizada nos diversos eventos esportivos que ocorrem em todo o país. A exemplo do JORCIPE e dos Jogos dos Povos Indígenas, em Barra do Bugres os Umutina participam dos campeonatos locais no município e dos jogos indígenas regionais de Mato Grosso, que reúne diversas etnias, e ocorre em Sapezal.

Outra conclusão possível nesta contraditória relação entre práticas corporais e jogos esportivos, destaca-se a relevância dos Jogos dos Povos Indígenas, pois este evento proporciona momentos de integração entre os próprios indígenas e entre estes e os organizadores e o público que os prestigiam. O evento traz a visibilidade da realidade diversificada que vive o povo brasileiro. Uma enorme riqueza cultural, mas ainda pouco conhecida e valorizada como um dado da realidade social que contribui para melhorar as relações étnico-raciais, marcadas por preconceito e exclusão.

Para que o esporte seja de fato um direito atendido pelas políticas públicas, os diversos povos indígenas precisam ser reconhecidos em suas especificidades culturais, econômicas e sociais, além do reconhecimento da cultura, os direitos à diferença iniciam no reconhecimento de sua igualdade como brasileiro. Ao direito à terra, a alimentação adequada, educação e saúde. O direito ao esporte com o princípio da inclusão deve estar pautada numa política mais ampla e que dê sustentação econômica para o exercício do direito.

Nas diversas formas de expressar a negligência com o direito indígena, estes cobram melhores instalações na organização dos jogos e mais respeito de toda a sociedade brasileira as suas diferentes formas de ser índio, pois evidenciam durante os eventos esportivos e os Jogos Indígenas, ainda o preconceito de classe e de etnia/raça. Com isso podemos concluir que há ainda uma visão equivocada e preconceituosa marcada pela história da colonização brasileira.

As novas legislações para a Educação Nacional, em especial a Lei 11.645/08, que poderá contribuir, se implementada em todas as escolas e inclusive pela Educação Física, para educar a sociedade numa nova visão dos indígenas não mais como um homem/“ser genérico”, mas compreendê-lo como um ser de cultura, que se constitui como sujeito histórico em seu grupo social específico, e como ser único, como pessoa.

Apesar da grande influência dos não indígenas, os povos indígenas reconhecem a importância de manter sua cultura e acreditam que os jogos que integram diferentes culturas e incluem outras práticas corporais que são específicas de cada etnia, contribuem para que nas aldeias sejam valorizados os saberes tradicionais dos mais velhos. Com isso, acredita-se que este evento tem um caráter fundamental para manutenção das práticas corporais indígenas, todavia eles não atendem a todas as etnias, nem todas recebem as mesmas condições para participarem do evento, devido as relações com a sociedade local, em seus territórios.

Com isso, acredita-se que esta pesquisa poderá ao final, trazer contribuições mais aprofundadas para as políticas públicas de esporte e lazer para os povos indígenas ao mesmo tempo em que traz a possibilidade de trazer a realidade indígena para o campo do conhecimento da Educação Física e as Ciências do Esporte. A proposta da pesquisa se constituir como rede é também um dos fatores que nos leva a afirmar que os objetivos de contribuir com as políticas públicas para a educação e educação física na escola serão atendidos ao final do projeto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*, Rio de Janeiro : LTC Editora, 1989.
- GRANDO, B.S. *Jogos dos Povos Indígenas: tradição, cultura e esporte na escola indígena*. In: *Desafios Atuais da Educação Escolar Indígena*. São Paulo. 2005. (176-187).
- MAUSS, M. *Técnicas Corporais*. In: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EDUSP, 1974. (212-218).

BRASIL. *Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas*.
Brasília: Senado Federal. 2007.

Beleni S. Grando. Doutora, Unemat-Ministério do Esporte
Elcione Trojan de Aguiar. Bolsista IC, Unemat-Ministério do Esporte
Bruna Maria de Oliveira. Bolsista IC, Unemat-CNPq

Beleni Saléte Grando
Rua F, 344 – B9/202 – Residencial Aclimação – Bosque da Saúde – Cuiabá-MT
beleni.grando@gmail.com